



A instituição caldense dá diversas respostas sociais

# Programa "Creche Feliz" contestado por pais e funcionários da Infancoop

**Num abaixo assinado com 235 assinaturas, endereçado à ministra Ana Mendes Godinho, pedem a revisão dos critérios**

**Fátima Ferreira**

Um grupo de pais, encarregados de educação, colaboradores, cooperadores e membros da comunidade da Infancoop querem a revisão dos critérios de admissão previstos no programa "Creche Feliz". Confrontados com a provável falta de vagas para os seus filhos mais novos naquela instituição, que já é frequentada pelos filhos mais velhos em diversas valências, mostram as suas preocupações num abaixo assinado enviado à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e ao diretor do Centro Distrital de Leiria do Instituto da Segurança Social, que conta com 235 assinaturas e já foi recepcionado por ambos.

De acordo com a nova portaria, nas vagas a preencher na creche têm prioridade "crianças com ir-

mãos, que comprovadamente pertençam ao mesmo agregado familiar, que frequentam a resposta social", no entanto os subscritores entendem que este critério não se deve cingir a irmãos a frequentar a mesma resposta social, mas também outras valências com acordo de cooperação dentro da mesma instituição. "Somos pais trabalhadores e apelamos que considere que o facto de ter irmãos em diferentes instituições é um abalo enorme na organização familiar", referem, acrescentando que a Infancoop faz parte da sua vida há anos.

Os subscritores realçam ainda a eventualidade de virem a ser "forçados" a mudar os filhos mais velhos

**Esta alteração terá grande impacto nas admissões para o próximo ano letivo, alertam**

de instituição, por causa dos novos critérios, "seria altamente prejudicial". E pedem também que seja ponderada a priorização de filhos dos colaboradores na admissão à creche. "Tal como acontece com a frequência de irmãos, também nestes casos a possibilidade de ter os nossos filhos a frequentar a instituição onde desenvolvemos a nossa atividade profissional é garante de uma maior tranquilidade e de uma integração mais facilitada", sustentam;

ⓐ grupo de pais e colaboradores também já deram conhecimento da situação à Câmara e Assembleia Municipal caldense esperando que "os mesmos possam alertar a tutela para os constrangimentos que as ausências dos critérios referidos trazem às famílias".

Gazeta das Caldas questionou o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre estas reivindicações e que resposta poderão ter estes cidadãos, mas não obteve resposta até ao fecho da edição. ■